COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DIRETORIA COLEGIADA

CNPJ Nº 26.461.699/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social de 2011

I. Mensagem da Diretoria

No cumprimento das diretrizes emanadas dos dois últimos governos, reafirmadas expressamente pelo atual Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, a Conab vem, continuamente, empreendendo esforços no sentido de garantir o contínuo alinhamento entre a estratégia, os processos de negócios da Companhia, os programas e as projeções orçamentárias, por meio de uma reavaliação sistêmica e permanente.

Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento. É essa a missão que vem permeando as ações de todos os colaboradores e parceiros, em um compromisso e um dever que irmana a todos, na busca de um objetivo único, qual seja, a consolidação de uma empresa estável e organizada, capaz de vencer os desafios que se apresentam no dia-a-dia e capaz de alcançar a identidade entre eficiência e eficácia.

Maior ênfase vem sendo dada à governança corporativa, por meio da estruturação de uma gestão mais democrática, transparente e ética, buscando assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela administração, a delegação e os controles internos.

Prioridade básica também recaiu sobre a retomada do planejamento da Companhia, a nível estratégico, tático e operacional, assentado sob a égide dos pressupostos da objetividade, instrumentalização, interação, integração, responsabilidade, exequibilidade, unidade, flexibilidade, motivação e capacitação. É uma questão que deverá ser focada por todos, dirigentes e dirigidos, no transcorrer do próximo exercício.

Por outro lado, intensas e profundas transformações estão sendo delineadas no *modus operandi* da Companhia, buscando priorizar soluções logísticas e projetos integrados, de forma a obter maior eficiência e eficácia na operacionalização e no resultado final de suas ações.

É certo que um conjunto de ações estruturantes dessa natureza, significa, naturalmente, uma reapreciação dos padrões administrativos e de comportamento, e isto afeta, muitas vezes as convicções pessoais e, por consequência, o surgimento de eventuais resistências em admitir a necessidade de mudanças. A máquina estatal é, via de regra, conservadora, e os fenômenos de mudanças representam um complicador adicional para a aceitação do novo *status quo*, o que vem a exigir dos administradores uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Clarividência para perceber o sentido das mudanças requeridas, arrojo para influir sobre as tendências na direção correta, e habilidade para conduzir a fase de transição, minimizando as reações de inércia e incompreensões.

Nesse sentido, a transmissão da idéia da inevitabilidade, aliada a coerência e harmonia dos planos, são pressupostos genéricos da gestão e que delineiam as reformas que estão sendo levadas a efeito. Essa travessia vem exigindo, naturalmente, a manutenção de um elevado senso de austeridade e desprendimento por parte de todo o corpo de colaboradores e, em particular, dos dirigentes em todos os níveis.

Assim, é que, simultaneamente à implantação das reformas requeridas, a administração vem disseminando, no âmbito da Companhia, uma espécie de doutrina cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, a fim de que todo o corpo de colaboradores possa a eles hipotecar sua adesão. Isto pressupõe o surgimento de uma consciência coletiva, a identidade da Companhia, capaz de controlar o poder, conter os abusos e prevenir a agonia dos conflitos. É um desafio de três naturezas distintas a ser conciliadas, ou seja, o de harmonizar interesses, respectivamente, no plano econômico (geração e captação de recursos), no plano social (geração do bem-estar, razão da própria existência da Companhia, enquanto instrumento de governo) e no plano político (equilíbrio de poderes).

A propósito, é oportuno enfatizar que qualquer modelo de gestão tem como pilar principal, uma política de recursos humanos definida de forma clara, realista e, acima de tudo, que leve a harmonia e motivação no tecido do corpo funcional. Essa realidade é motivo de preocupação da Companhia, e os pressupostos básicos para a revisão da política prevalecente já estão sendo delineados.

Ênfase também está sendo dada para a qualificação adequada e o treinamento do corpo de colaboradores, com ênfase em questões diretamente relacionadas à competência e formação profissional, de forma a alavancar os ativos intangíveis que impulsionam a agregação de valor ao setor agrícola e do abastecimento, dentro de patamares de sustentabilidade, especialmente em relação ao produtor rural, consumidor final, usuários de informações, comunidades carentes, parceiros e a sociedade contribuinte como um todo. No transcorrer do exercício, a Companhia promoveu o treinamento de 3.194 colaboradores.

No que concerne aos programas operacionalizados pela Conab, e que será objeto de detalhamento mais adiante, cabe uma ênfase especial ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, uma ação estruturante voltada ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar. No contexto do programa, destaca-se como principal beneficiário, o pequeno agricultor, esse brasileiro que, embora responsável por uma parcela significativa da produção agrícola, e para quem a vida foi, por muitos anos, feita apenas de esperança. No transcorrer do exercício de 2011, foram adquiridas 287.822,6 toneladas de produtos de 106.527 agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R$451.094,4 mil.

Os diversos mecanismos de apoio operacionalizados pelo Governo através da Conab vêm contribuindo de forma decisiva para a transformação do perfil do agricultor familiar, principalmente no que se refere à sustentação de preços, garantia de mercados cativos para a sua produção e o aumento da renda.

Também merece um destaque especial às ações voltadas ao apoio à política de segurança alimentar e nutricional às populações carentes (Fome Zero), tais como os acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos em situação emergencial e de insegurança alimentar.

Apesar dos enormes avanços dos níveis sócio-econômicos experimentados pelas populações de menor poder aquisitivo nos últimos anos, há, ainda, um grande contingente de brasileiros em situação de carência alimentar, e a Conab tem uma grande responsabilidade na execução das ações governamentais voltadas ao atendimento dessa população. É justamente esse o foco central das ações executadas pela Conab, qual seja a de contribuir para resgatar da fome uma parcela de brasileiros que, como bem definido por um ilustre estudioso, *se extenuam na subnutrição ou definham na inanição*. Assevera, ainda, *que matar a fome é mais do que vencer a morte, pois se a morte extingue o corpo e liberta a alma, a fome mata a alma no corpo sobrevivente, e sepulta o espírito nos cérebros atrofiados*.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, a Conab, por conta de um controle seletivo dos dispêndios correntes, aliado a uma maior eficiência na capacidade de geração e captação de recursos, encerrou o exercício com um superávit, da ordem de R$31.511 mil, já descontadas as provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social, em contraposição a R$10.270 mil do exercício anterior.

Ainda a propósito da questão econômico-financeira, vez por outra surgem algumas vozes divergentes sobre a preocupação em se manter um efetivo e permanente acompanhamento e controle, principalmente sobre os gastos correntes, de forma a compatibilizá-los à capacidade do volume de ingressos.

O controle e a racionalização seletiva dos custos e despesas não significam, necessariamente, que a Conab deva ser gerida dentro da concepção empresarial em que a rentabilidade é o objetivo a ser alcançado, o que desvirtuaria, naturalmente, o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, não podemos perder de vista que o prejuízo gerado por ineficiência é altamente antisocial, porquanto os recursos pertencem, em última instância, a sociedade, e a esta devem retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

É, pois, dentro desse cenário que estamos procurando vencer os desafios de mantermos fiéis à tradição dos inovadores; inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e da crítica, como os sábios; corajosos para intervir nos momentos necessários, nas questões prementes e essenciais ao desenvolvimento da Companhia.

A capacidade da Companhia em responder, com eficiência e eficácia as demandas cada vez maiores, materializadas nos diversos programas por ela executados, tem como sustentáculo principal os seus colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado. Acreditamos nas pessoas, capacitadas, integradas e motivadas, como força motriz capaz de vencer desafios e proporcionar o alcance dos nossos objetivos comuns. A todos esses colaboradores expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento pelos resultados alcançados pela Companhia e, mais ainda, por representarem a expressão de que o aperfeiçoamento contínuo e a busca de objetivos comuns transformam tanto indivíduos quanto organizações.

Ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho e a Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, os nossos agradecimentos pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos condições de viabilizar as transformações levadas a efeito ao longo do exercício, e nem tampouco alcançar os resultados positivos em nossas ações.

Aos Conselhos de Administração e Fiscal os nossos agradecimentos pela orientação e fiscalização dos atos e fatos relacionados à gestão no decorrer do exercício, que nos ajudaram a corrigir e, ao mesmo tempo, prevenir eventuais desvios de percurso, contribuindo, naturalmente, para o alcance dos resultados positivos.

Seria um ato de omissão dolosa não consignarmos a nossa gratidão aos nossos clientes, fornecedores e demais parceiros da sociedade civil e do setor público, que sempre nos desafiam a superar nossas metas e melhorar nossa eficiência.

A Diretoria

II. A empresa

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária de Abastecimento – Mapa, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para a execução de suas competências estatutárias e regimentais conta com uma estrutura composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e operacionais representadas por 97 complexos armazenadores, compostos por 177 armazéns, destinados à prestação de serviços ao setor privado, como também ao armazenamento dos estoques públicos e ao suporte aos programas de abastecimento.

Relativamente à força de trabalho, a Conab terminou o exercício com 4.468 colaboradores, em contraposição a 4.396 registrados em 31.12.2010, evidenciando um incremento de 1,64% (72 colaboradores).

A sua estrutura orgânica básica de Governança Corporativa obedece a seguintes interações e alçadas:

Interações e Alçadas	Controlador: Governo Federal, que detém 100% das ações.
	Conselho de Administração
	Diretoria Colegiada

III – A Administração

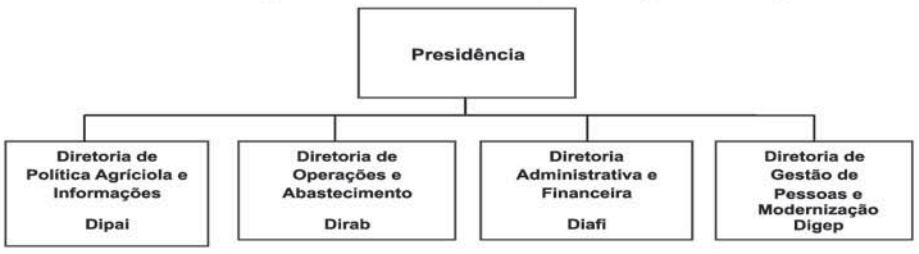
Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada exerce a administração superior da Conab e tem a seguinte composição:

√ O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, que o preside.
√ O Presidente da Conab, que substitui o presidente em sua ausência ou impedimento.
√ Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.
√ Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diretoria Colegiada

Constituída de um Presidente e até quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. Os Diretores são nomeados sem atribuição específica, cabendo ao Conselho de Administração definir a titularidade de cada um, dentro da seguinte estrutura orgânica:



IV - Desempenho Corporativo

√	*1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO*

Os principais indicadores apresentados a seguir refletem os resultados da Companhia no exercício de 2011.

Principais Indicadores de Resultados

Descrição	Valores em R$ Mil 2011	2010	Variação Nominal (%)
Receita Operacional Bruta	**2.042.122**	**926.488**	**120,42**
Receita de Vendas	**1.485.458**	**364.331**	**307,72**
Receita de Serviços	**26.544**	**25.096**	**5,77**
Outras Receitas Operacionais	**530.120**	**537.061**	**(1,29)**
Despesas Operacionais	**717.157**	**631.033**	**13,65**
Despesas com Pessoal e Encargos	**413.343**	**379.098**	**9,03**
Despesas Comerciais e Administrativas	**303.814**	**251.935**	**20,59**
Resultado Operacional	**26.158**	**13.657**	**91,54**
Resultado Não Operacional	**8.985**	**4.590**	**95,75**
Resultado Líquido (antes da tributação)	**35.143**	**18.246**	**92,61**
ResultadoLíquido (após tributação)	**31.511**	**10.270**	**206,83**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

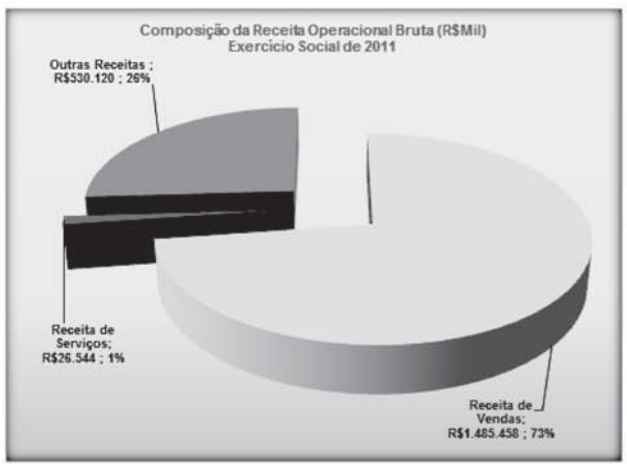
JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

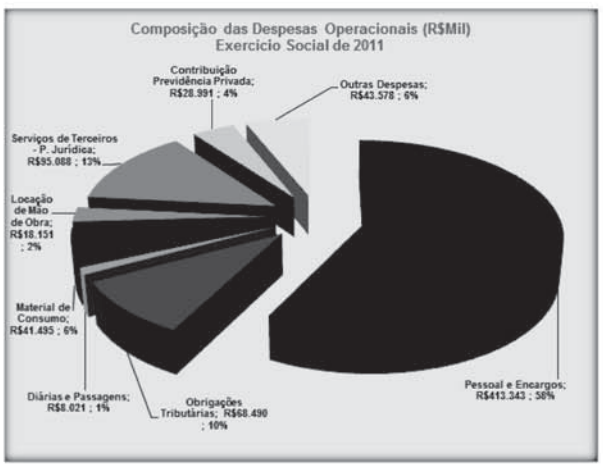
ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





√ 2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

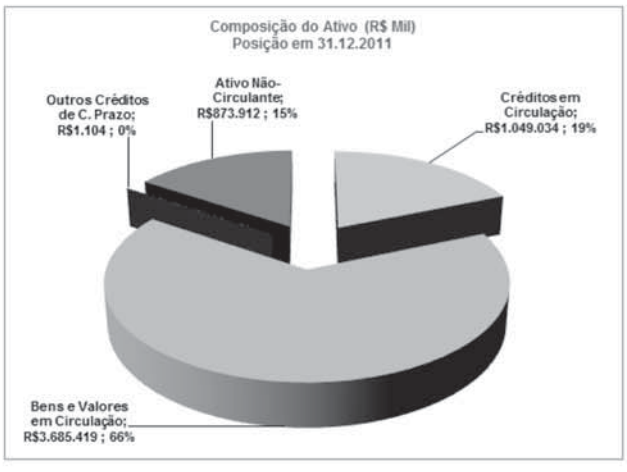
O total do Ativo, que representa as aplicações da Companhia, experimentou uma retração nominal de 8,14% a preços correntes, na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2010. Os Bens e Valores em Circulaçõao somaram R$3.685.419 mil, evidenciando uma participação de 69,41% sobre o total das aplicações, em contraposição a 78,01% do saldo posicionado em 31.12.2010.

Sob o ponto de vista da distribuição temporal, em 31.12.2011 89,19% do Ativo se posicionavam no curto prazo, o que é próprio do setor de atividades no qual se insere a Companhia. Em 31.12.2010 a participação era um pouco maior, e situava-se no patamar de 90,18%.

2.1 ATIVO

COMPORTAMENTO DO ATIVO

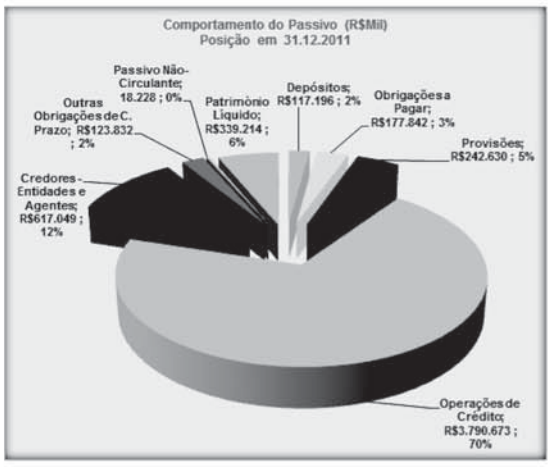
Descrição	31.12.2011 R$ Mil	%	31.12.2010 R$ Mil	%	Variação Nominal (%)
Ativo Circulante	4.735.557	89,19	5.212.315	90,18	(9,15)
Disponível	1.061	0,02	972	0,02	9,16
Créditos em Circulação	1.049.034	19,76	702.487	12,15	49,33
Bens e Valores em Circulação	3.685.419	69,41	4.508.832	78,01	(18,26)
Valores Pendentes de C. Prazo	43	0,00	24	0,00	79,17
Ativo Não-Circulante	573.911	10,81	567.648	9,82	1,10
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	131.474	2,48	120.748	2,09	8,88
Créditos Realizáveis a L. Prazo	185.609	3,50	186.457	3,23	(0,45)
Investimentos	80.222	1,51	80.263	1,39	(0,05)
Imobilizado	176.527	3,32	180.148	3,12	(2,01)
Intangível	79	0,00	32	0,00	146,88
Total do Ativo	**5.309.468**	**100,00**	**5.779.963**	**100,00**	**(8,14)**



2.2. PASSIVO

COMPORTAMENTO DO PASSIVO

Descrição	31.12.2011 RS Mil	%	31.12.2010 RS Mil	%	Variação Nominal (%)
Passivo Circulante	**4.952.026**	**93,27**	**5.446.380**	**94,23**	**(9,08)**
Depósitos	117.196	**2,21**	30.626	**0,53**	**282,67**
Obrigações em Circulação	4.834.830	91,06	5.415.754	**93,70**	**(10,73)**
Obrigações a Pagar	177.843	**3,35**	59.009	**1,02**	**201,38**
Provisões	242.631	**4,57**	243.405	**4,21**	**(0,32)**
Operações de Crédito	3.790.673	**71,39**	4.548.342	**78,69**	**(16,66)**
Credores - Entidades e Agentes	617.049	**11,62**	549.222	**9,50**	**12,35**
Outras Obrigações	6.634	**0,12**	15.776	**0,27**	**(57,95)**
Passivo Não-Circulante	**18.228**	**0,34**	**15.360**	**0,27**	**18,67**
Patrimônio Líquido	339.214	**6,39**	318.223	**5,51**	**6,60**
Total do Passivo	**5.309.468**	**100,00**	**5.779.963**	**100,00**	**(8,14)**



Comparativamente ao saldo posicionado em 31.12.2010, os valores do Passivo Circulante experimentaram um decréscimo de 9,08%, enquanto os do Ativo Circulante sofreram retração ligeiramente superior, situando-se no 9,15%.

Em 31.12.2010, para cada R$1,00 de dívidas de curto prazo, a Companhia possuia R$0,96 de disponível e bens e direitos de curto prazo. Em 31.12.2011, o cenário manteve-se constante.

COMPORTAMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO

Descrição	Valores em R$ 1 31.12.2011	31.12.2010	Diferença
Ativo Circulante	4.735.557	5.212.315	(476.758)
(-) Passivo Circulante	4.952.026	5.446.380	(494.354)
(=) Capital Circulante Líquido	**(216.469)**	**(234.065)**	**17.596**
Liquidez Corrente	**0,96**	**0,96**	**-**

V. Desempenho Operacional

Em cumprimento de sua missão institucional e de suas competências estatutárias, a Companhia, no transcorrer do exercício de 2011, teve uma forte atuação nos programas por ela executados, com destaque para os que se seguem:

√ 1. GARANTIA DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESCOAMENTO DE PRODUTOS

Além das Aquisições do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também foi responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola denominados de Valor de Escoamento do Produto – VEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar e Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.

No transcorrer do exercício de 2011, os mecanismos de garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários apresentaram a movimentação a seguir explicitada.

1.1 PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR RURAL - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

MOVIMENTAÇÃO EM 2011

N.º de leilões	Volume negociado (t)	Valor previsto	Valor Pago
10	117.074	R$10.469 mil	R$17.607 mil

1.2 PRÊMIO DE ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirirem produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder ao escoamento da safra para a região de consumo.

MOVIMENTAÇÃO EM 2011

Leilões Realizados	Volume negociado (t)	Subvenção
57	2.468.468	R$279.422 mil

1.3 SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR

Subvenção concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas (inclusive cooperativas), cuja produção tenha sido cultivada na Região Nordeste, como também beneficiada em unidades industriais localizadas na mesma região, e ainda que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol.

MOVIMENTAÇÃO EM 2011

Produtores/cooperativas beneficiados	Quantidade (t)	Valor Pago
2.819	1.791.600	R$ 8.973 mil

Representa o valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoques governamentais e se dispõe a escoá-los para a região de consumo estabelecida no edital de venda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VALOR DE ESCOAMENTO DO PRODUTO -VEP – 2011
MOVIMENTAÇÃO 2011

Quantidade ofertada (t)	732.670
Quantidade negociada (t)	221.117
Valor da operação c/ICMS – R$ Mil	64.804
Prêmio Pago – R$ Mil	19.348

SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP, ou ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

MOVIMENTAÇÃO EM 2011

Produtores beneficiados	Quantidade (t)	Valor Pago
5.753	2.663	R$1.895 mil

√ **2. *COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS***

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS EM LEILÕES – 2011

Quantidade ofertada (t)	3.315.960
Quantidade negociada (t)	2.904.599
Valor da Operação com ICMS – R$ Mil	1.244.512

√ **3. *APOIO AOS PEQUENOS SUINOCULTORES, AVICULTORES, GRANJEIROS, MOINHOS COLONIAIS, ENTRE OUTROS.***

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho ao público alvo em suas respectivas regiões, e a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

VENDAS EM BALCÃO – MOVIMENTAÇÃO DE 2011

Quantidade Comercializada (t)	228.270
Valor – R$ Mil	110.513
N.º de Clientes	80.684

√ **4. *MOVIMENTAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS***

A Conab promove o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, de forma a abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado.

√ **5. *PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA***

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS e de Desenvolvimento Agrário – MDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Na operacionalização do PAA, a Conab utiliza-se dos seguintes mecanismos:

√ **5.1 COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR – CDAF**

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

No transcorrer do exercício de 2011, foram adquiridos 18.605 toneladas de produtos, beneficiando 3.967 agricultores familiares e envolvendo recursos da ordem de R$28.325 mil.

MOVIMENTAÇÃO EM 2011

Unidades da Federação	07	**Acordo de Cooperação MDS**
N.º de Municípios	19	
Agricultores Familiares beneficiados	3.967	
Volume adquirido (t)	18.605	
Recursos envolvidos – R$ Mil	28.325	

√ **5.2 FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR – CPR ESTOQUE**

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de "A" a "E" do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2011 foram beneficiados 12.197 agricultores familiares, movimentando 50.717 toneladas de produtos e envolvendo recursos financeiros da ordem de R$59.750 mil.

MOVIMENTAÇÃO CPR ESTOQUES EM 2011

Unidades da Federação	07	**Termo de Cooperação MDS**
N.º de Municípios	34	
Agricultores Familiares beneficiados	5.067	
Quantidade (t)	24.054	
Recursos envolvidos – R$ Mil	25.971	

Unidades da Federação	21	**Termo de Cooperação MDA**
N.º de Municípios	100	
Agricultores Familiares beneficiados	7.130	
Quantidade (t)	26.663	
Recursos envolvidos – R$ Mil	33.799	

√ **5.3 COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CPR**

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional.

MOVIMENTAÇÃO CPR DOAÇÃO EM 2011

Unidades da Federação	26	**Termo de Cooperação MDS**
N.º de Municípios	1.189	
Agricultores Familiares beneficiados	90.363	
Quantidade (t)	218.500	
Recursos envolvidos – R$ Mil	362.999	
N.º de entidades beneficiadas	17.122	
N.º de pessoas beneficiadas	16.290.735	

√ **6. *DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS***

Inserida no contexto das ações estratégicas do Fome Zero, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional mediante a garantia das populações carentes o acesso à alimentação.

Por força de Termo de Cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a Conab, no transcorrer do exercício de 2011, distribuiu 42.096,4 toneladas de alimentos a 385.269 famílias de acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas, pescadores artesanais, como também os atendimentos especiais.

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS POR TIPO DE COMUNIDADE - 2011

Beneficiários	Volume distribuído (t)	%
Famílias acampadas	23.916,8	56,81
Comunidades Quilombolas	4.303,8	10,22
Comunidades de Terreiros	2.009,6	4,77
Atingidos por Barragens	2.220,0	5,27
Comunidades Indígenas	7.929,8	18,84
Pescadores Artesanais	667,0	1,58
Outras Comunidades	1.049,4	2,49
Total	42.096,4	100,00

Relativamente à ajuda humanitária internacional, a Conab realizou doação de 86.792,6 toneladas de arroz, açúcar, feijão e milho, ao Chade, Coréia do Norte, El Salvador, Equador, Etiópia, Guatemala, Haiti, Honduras, Moçambique, Nicarágua, Somália, Sri Lanka, Sudão e Zimbábue.

√ **7. *FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DE SEGURO RURAL***

A Resolução n.º 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR faculta ao Mapa ou à Conab fiscalizar, *in loco*, todas as fases e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

Na execução dos Planos de Trabalho de 2011, a Conab participou da avaliação de 1.660 apólices em 23 Unidades da Federação, envolvendo a verificação das informações apresentadas, dimensionamento das lavouras e elaboração do Laudo de Fiscalização em cada propriedade.

√ **8. *EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM E ACOMPANHAMENTO DO SETOR***

Dispondo de um complexo armazenador formado por 97 unidades (177 armazéns), com capacidade estática de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, como também no suporte à manutenção dos estoques públicos e aos programas sociais.

Por outro lado, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 18.000 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 140,5 milhões de toneladas.

√ **9. *FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS***

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2011 contaram com 325 fiscais, os quais procederam à vistoria quantiqualitativa em mais de 24.033,4 milhões de toneladas de produtos estocados em 4.209 armazéns, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns depositários, e ainda, a regularidade do desenvolvimento dos instrumentos de sustentação de preços. O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios.

√ ***10. CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTO***

No transcorrer do exercício de 2011, técnicos da Companhia promoveram o acompanhamento e classificação de 857.031 toneladas de produtos.

√ **11. *PESQUISAS E AVALIAÇÕES DE SAFRAS***

São realizadas periodicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo. Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implementação do Projeto Geosafras.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, via de transporte, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda com relação às iniciativas de acompanhamento e avaliação de safras, cabe mencionar a inserção no rol de ações desenvolvidas o acompanhamento e avaliação da safra brasileira de cana de açúcar, laranja e das culturas de dendê e pinhão manso.

√ **12. *ORGANIZAÇÃO DOS MICROS E PEQUENOS VAREJISTAS.***

Por meio do programa denominado de "*Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap*", a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro. Busca-se, dessa forma, a melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local.

Durante o exercício de 2011, foram cadastradas 152 unidades varejistas, além da prestação de assitência técnica a nove Centrais de Negócios.

√ **13. *FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE HORTIGRANJEIROS E NA MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E DA INFRAESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO***

A Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, instituiu, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados e Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor.

A participação da Conab envolve a estruturação física e operacional de 58 mercados atacadistas, com o compromisso de promover pernanentemente à modernização do setor de hotigranjeiros.

√ **14. *PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO DE PESCADOS PROVENIENTES DA PESCA ARTESANAL E DA AQUICULTURA FAMILIAR.***

Em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, a Conab participa de ações que objetivam à estruturação e a consolidação de uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, de forma a garantir a melhoria das condições sócio-econômicas do público alvo.

√ ***15 DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS E INFORMAÇÕES***

A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento, a exemplo de quase 11.000 séries de preços de produtos agropecuários e insumos e de índices de produção e de exportação.

A manutenção e disponibilização dessa matriz de informações exigem o acompanhamento sistemático das informações e das oscilações de mercado. A propósito, a Conab disponibiliza *on-line* em seu sítio os preços de insumos, preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	VALORES EM R$ MIL 2011	2010
CIRCULANTE	**4.735.557**	**5.212.315**
DISPONÍVEL	**1.061**	**973**
Aplicações Financeiras	1.061	973
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	**1.049.034**	**702.486**
CRÉDITOS A RECEBER	**751.496**	**578.264**
Devedores por Fornecimento	56.501	26.622
Créditos Tributários	241.840	285.536
Recursos a Receber	255.653	89.431
Créditos Diversos a Receber	197.502	176.675
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	**292.646**	**119.415**
Entidades Devedoras	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União	282.954	94.140
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	**4.892**	**4.807**
Adiantamentos a Pessoal	4.892	4.457
Adiantamentos Transferências Voluntárias	0	350
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	**3.685.419**	**4.508.832**
Estoques para Alienação	3.198.419	4.138.198
Estoques de Distribuição	833	1.821
Estoques Internos - Almoxarifado	2.362	1.164
Títulos e Valores em Circulação	297	68
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.554	364.341
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**43**	**24**
Valores Pendentes	43	24
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	**573.911**	**567.648**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**317.084**	**307.205**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**131.474**	**120.748**
Recursos Vinculados	131.474	120.748
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**185.610**	**186.457**
Devedores - Entidades e Agentes	18.010	15.348
Créditos Diversos a Receber	167.600	171.109
INVESTIMENTOS	**80.222**	**80.263**
Participações Societárias	27.803	27.803
Outros Investimentos	52.419	52.460
IMOBILIZADO	**176.526**	**180.148**
Bens Imóveis	283.851	275.771
Bens Móveis	78.406	73.373
Depreciações	**(185.731)**	**(168.996)**
INTANGÍVEL	**79**	**32**
TOTAL	**5.309.468**	**5.779.963**

PASSIVO	VALORES EM R$ MIL 2011	2010
CIRCULANTE	**4.952.026**	**5.446.380**
DEPÓSITOS	**117.196**	**30.626**
CONSIGNAÇÕES	**2.086**	**1.859**
Pensão Alimentícia	8	4
Planos de Seguros	172	199
Empréstimos	319	242
Outros Tributos e Consignações	1.587	1.414
RECURSOS DA UNIÃO	**17.168**	**17.078**
Recursos Fiscais	3.993	7.501
Recursos Previdenciários	13.175	9.577
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	**97.942**	**11.689**
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	**4.834.830**	**5.415.754**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**177.843**	**59.009**
Fornecedores	141.725	55.180
Pessoal a Pagar	23	6
Encargos Sociais a Recolher	1.082	985
Obrigações Tributárias	5.514	49
Débitos Diversas a Pagar	22.015	350
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.484	2.439
PROVISÕES	**242.631**	**243.405**
Provisão para Férias	28.907	26.583
ICMS s/Mercadorias para Revenda	949	572
Provisão para ICMS	46.469	46.469
Provisão para Contingências	142.621	142.621
Provisão para INSS	9.251	9.251
Provisão para IRPJ e CSLL	3.632	7.976
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802	9.933
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**617.049**	**549.222**
Entidades Credoras	617.049	549.222
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3.790.673**	**4.548.342**
Operações Especiais	3.790.673	4.548.342
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	**6.606**	**15.754**
Adiantamentos de Clientes	6.606	15.754
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	**4**	**3**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**24**	**19**
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	**18.228**	**15.360**
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**69**	**69**
Depósitos e Cauções	69	69
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**18.159**	**15.291**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**18.159**	**15.291**
Entidades de Previdência Complementar	17.628	15.163
Entidades Federais	531	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**339.214**	**318.223**
Capital	**223.181**	**223.181**
RESERVAS	**92.323**	**50.501**
Reservas de Capital	26.544	26.544
Reservas de Lucros	65.779	23.957
LUCROS A DESTINAR	**23.710**	**44.541**
TOTAL	**5.309.468**	**5.779.963**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011

DETALHAMENTO	VALORES EM RS MIL 2.011	2.010
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	**1.512.002**	**389.427**
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	**1.485.458**	**364.331**
Vendas Estoques Estratégicos	1.045.068	266.564
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	438.978	93.749
Vendas Abastecimento Social	3	2
Vendas Atacado - Outros	371	(65)
Adição a Receita de Vendas	1.038	4.081
RECEITA DE SERVIÇOS	**26.544**	**25.096**
Serviços de Armazenagem	26.544	25.096
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	**51.072**	**15.435**
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	**1.460.930**	**373.992**
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**1.802.447**	**469.963**
CMV - Estoques Estratégicos	1.319.306	368.549
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	481.718	101.196
CMV - Atacado e Outros	1.423	218
(+/-)ARREDONDAMENTOS	**32**	**181**
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	**(554.555)**	**(201.862)**
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**213.006**	**105.710**
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	**717.157**	**631.033**
(-)DESPESAS DE PESSOAL	**413.343**	**379.098**
Vencimentos e Vantagens Fixas	276.892	259.629
Obrigações Patronais	103.612	93.696
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	16.245	15.067
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	16.594	10.706
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	**303.814**	**251.935**
Despesas/Receitas Financeiras	119	(227)
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência	28.991	24.775
Transferências ao Exterior	3.218	2.349
Material de Consumo	41.495	4.291
Diárias-Pessoal Civil	5.820	10.443
Passagens e Desp.com Locomoção	2.201	3.662
Serviços de Consultoria	1	16
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.375	2.303
Locação de Mão-de-Obra	18.151	16.557
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	95.088	93.620
Obrigações Tributárias e Contributivas	68.490	30.147
Aquisições de Bens para Revenda	40	415
Outras Despesas Operacionais	37.825	63.584
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**530.120**	**537.061**
Transferências Financeiras	426.350	411.790
Multas e Encargos de Outras Origens	3.859	2.921
Indenizações e Restituições	91.201	112.387
Receitas Imobiliárias	5.265	4.962
Receitas de Valores Mobiliários	13	62
Receitas Diversas	3.432	4.939
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA	**(189)**	**(1.919)**
RESULTADO OPERACIONAL	**26.158**	**13.657**
OUTRAS RECEITAS	**8.985**	**4.590**
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	**8.441**	**4.587**
Alienação de Bens Móveis	(195)	(207)
Alienação de Bens Imóveis	8.328	3.594
Depreciação - Reversão	308	1.200
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**(544)**	**(3)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**35.143**	**18.247**
Provisão para Imposto de Renda	2.652	5.825
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	980	2.151
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**31.511**	**10.271**
LUCRO POR AÇÃO	**16,94**	**5,52**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	VALORES EM RS MIL 2011	%	2010	%
1.RECEITAS	**1.520.988**	**244,72**	**394.013**	**78,22**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.003	243,27	389.423	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985	1,45	4.590	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.412.641**	**227,29**	**412.356**	**81,86**
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111	201,14	272.239	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.530	26,15	140.117	27,81
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**108.347**	**17,43**	**(18.343)**	**-3,64**
4.RETENÇÕES	**17.050**	**2,74**	**15.207**	**3,02**
4.1 - Depreciação	17.050	2,74	15.207	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**91.297**	**14,69**	**(33.550)**	**-6,66**
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**530.231**	**85,31**	**537.301**	**106,66**
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.231	85,31	537.301	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	**621.528**	**100,00**	**503.751**	**100,00**
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**621.528**	**100,00**	**503.751**	**100,00**
8.1 - Pessoal e Encargos	466.504	75,06	428.497	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452	18,90	54.901	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.429	0,39	2.106	0,42
8.4 - **Resultado Antes do IR e CSLL**	**35.143**	**5,65**	**18.247**	**3,62**
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	2.652	0,43	5.825	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980	0,16	2.151	0,43
8.7 - **Resultado Líquido do Exercício**	**31.511**	**5,07**	**10.271**	**2,04**
8.8 - Dividendos	7.484	1,20	2.439	0,48
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575	0,25	514	0,10
8.10 - **Lucros Retidos**	**22.452**	**3,61**	**7.318**	**1,45**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	VALORES EM RS MIL 2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	**35.143**	**18.247**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**(16.445)**	**(68.691)**
Depreciações	16.749	12.823
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.197)	(20.190)
Redução nos Créditos Tributários	49.252	9.562
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.222)	23.525
Aumento nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores	(173.024)	(43.701)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320)	(1.089)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0	41
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19)	(300)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.744	138.391
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441	(156.190)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253	(2.799)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.406)	16.788
Aumento nas Entidades Credoras	67.827	19.577
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.798)	12.973
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725)	(78.102)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**18.698**	**(50.444)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	41	11.298
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.175)	(32.176)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(13.134)**	**(20.878)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.484)	(2.439)
Aumento nos Dividendos a Pagar	5.045	(2.588)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036)	8.063
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(5.475)**	**3.036**
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**89**	**(68.286)**
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**89**	**(68.286)**
No Início do Exercício	972	69.259
No Final do Exercício	1.061	973

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

EM R$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	**223.181**	**25.373**	**443**	**729**	**11.874**	**11.570**	**29.158**	**302.328**
LUCROS A DEST.DE EXERC. ANTERIORES							8.064	8.064
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.271	0
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.318
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513		(513)	513
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439)	0
SALDO EM 31/12/2010	**223.181**	**25.373**	**443**	**729**	**12.387**	**11.570**	**44.541**	**318.223**
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.247	(40.247)	0
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036)	(3.036)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.511	0
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.452
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575		(1.575)	1.575
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.484)	0
SALDO EM 31/12/2011	**223.181**	**25.373**	**443**	**729**	**13.962**	**51.817**	**23.710**	**339.214**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em R$ mil)

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*".

NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação especifica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("impairment"): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

NOTA 5 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6 LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7 RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

• R$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

• R$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

• R$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA".

NOTA 8 DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9 CONTAS A RECEBER

O total de R$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10 DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11 RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R$131.474 mil.

NOTA 12 BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R$554.555 mil.

NOTA 13 ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R$4.952.026 mil.

NOTA 14 DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15 CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

• ***Trabalhistas:*** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

• ***Tributárias*:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

• ***Cíveis:*** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	**422.825**	**106.211**	**579.507**	**139.609**

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

• ***Cíveis:*** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

• ***Trabalhistas***: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

• **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	**342.333**	**317.523**	**351.646**	**369.167**

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

• **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

• ***Trabalhista***: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

• ***Tributária:*** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	**422.826**	**311.635**	**579.870**	**793.009**

NOTA 16 | *OPERAÇÕES DE CRÉDITOS*

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R$3.790.673 mil.

NOTA 17 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R$980 mil e R$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R$1.575 mil e R$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R$31.511 mil.

NOTA 18 | DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica "**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**", o saldo do grupo aumentou para R$34.997 mil.

Em R$ mil

Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34.997

NOTA 19 | BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R$40.407 mil e R$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R$12.165 mil.

NOTA 20 | REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	**23.884,29**	**22.535,29**
Menor Remuneração Dirigente	**23.884,29**	**22.535,29**
Maior Remuneração Empregado	**25.170,39**	**19.961,80**
Menor Remuneração Empregado	**884,31**	**884,31**

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	**23.884,29**	**23.884,29**
Empregados	**2.642,62**	**2.559,69**

NOTA 21 | CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	**3.218**	**3.579**

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos "Termos de Cooperação Técnica" mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R$451.036 mil no ano de 2011.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2011.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
PRESIDENTE

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

MARCELO DE ARAÚJO MELO
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E MODERNIZAÇÃO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012043000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
Exercício 2011

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 18, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.° 10.104).

2. Os exames foram realizados com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.

3. As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976 e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007 e n.° 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.

4. Em nossa opinião as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto em relação aos fatos relatados nos parágrafos 5 e 6.

5. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2011, evidenciou que a Conab possui o montante de R$131.474 mil, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica "Recursos Vinculados", em decorrência dos depósitos judiciais e para recursos, efetuados por decisão judicial. A respeito do assunto, foi consignado nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11 -, que os referidos depósitos tem predominância de causas trabalhistas em andamento. Todavia, as análises levadas a efeito revelaram inconsistências de diversos saldos, porquanto verificou-se a existência de ações judiciais já transitadas em julgado de longa data, cujos valores depositados judicialmente permanecem pendentes. Assim, não foi possível atestar que a importância expressa no Balanço Patrimonial, reflita adequadamente a real situação dos depósitos judiciais e recursais da Conab. Sobre essa matéria, a Companhia vem adotando diversas providências com o objetivo de promover o saneamento dos créditos, tendo, inclusive, constituído Grupos de Trabalho na Matriz e em todas as Superintendências Regionais.

6. Cabe ressaltar os fatos abordados na Nota Técnica Audin n.º 17/2011, que apontou, nos itens 47 a 60, deficiências nos controles internos da área jurídica da Conab e inconsistências no saldo contábil da conta 1.2.1.2.2.00.00 – Depósitos Judiciais, visto que este não reflete todos os eventos envolvendo a movimentação das contas bancárias judiciais que receberam os depósitos feitos pela Conab para pagamento à empresa Renascença Armazéns Gerais Ltda., objeto do Processo de Execução n.º 93.00.00616-9.

Brasília, 19 de abril de 2012

Antônio Martins de Lima
Auditor Interno
CRC/DF n.º 5285/O-0

Paulo Hiroshi Hayakava
Auditor Interno
CRC/DF n.º 4659/O-8

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF 0185841/O-7

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes
Auditora Interna
CRC/DF n.º 6046/O-6

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF n.º 7417/O-0

Osvaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Conab, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, resolve aprova-los, com as ressalvas contidas no citado Parecer, e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 25 de abril de 2012.

JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheiro

CARLOS CARBONI
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

JOSÉ GERARDO FONTELLES
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, datado de 19/03/2012 e Parecer do Conselho de Administração da Conab, relativo à aprovação das Contas encerradas em 31/12/2011, opinam que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, salvo no que se refere aos recursos vinculados relativos a depósitos judiciais e recursais, conforme o Parecer do Exercício de 2011 da Unidade de Auditoria Interna, pois os valores expressados no Balanço Patrimonial não refletem a real situação dos recursos depositados, mas uma situação histórica carecendo de conciliação atualizada para evidenciar com fidedignidade a adequada situação patrimonial. Ressalta-se por fim, a não observância do parágrafo 3º do artigo 183, da Lei 6.404/76, que trata da análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no Imobilizado e Intangível.

Brasília-DF, 27 de abril de 2012.

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
PRESIDENTE

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
CONSELHEIRO

RENATA LIMA DE CARVALHO
CONSELHEIRA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 14, DE 26 DE ABRIL DE 2012

1. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a alteração de marca comercial do pedido de registro para o produto Formicida Cocapec, processo nº 21000.009957/2011-52, para a marca comercial Bioisca.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos fabricantes United Phosphorus Limited - Madhu Park, 11 th Road, Khar (W)-400 052- Mumbai- Índia e Sabero Organics Gujarat Limited - Plot nº2102, GIDC, Sarigan, Dist. Bulsar- 396 155- Gujarat - Índia, no produto Orthene 750 BR registro nº 02788394.

3. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos formuladores Basf Argentina S.A- Ruta Provencial nº 21 km 15 (S2127)- General Lagos - Provincia de Santa Fé- Argentina, Iharabras S.A- Indústrias Químicas- Sorocaba / SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia / SP, no produto Dart registro nº 2109.

4. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos formuladores Basf Argentina S.A- Ruta Provencial nº 21 km 15 (S2127)- General Lagos - Provincia de Santa Fé- Argentina, Iharabras S.A- Indústrias Químicas- Sorocaba / SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia / SP, no produto Pirate registro nº 05898.

5. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos formuladores Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia / SP, Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda - Rio Claro /SP e Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora / SP, no produto Aim registro n º 07806.

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos formuladores Basf Argentina S.A- Ruta Provencial nº 21 km 15 (S2127)- General Lagos - Provincia de Santa Fé- Argentina, Iharabras S.A- Indústrias Químicas- Sorocaba / SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia / SP, no produto Nomolt 150 registro nº 01393

7. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão dos formuladores Basf Argentina S.A- Ruta Provencial nº 21 km 15 (S2127)- General Lagos - Provincia de Santa Fé- Argentina, Iharabras S.A- Indústrias Químicas- Sorocaba / SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia / SP, no produto Sunfire registro nº 02297.

8. De acordo com o Artigo 22§ 2º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a alteração de marca comercial do pedido de registro para o produto Chlorimuron Agripec 250 WG processo nº 21000.013373/2005-33, para a marca comercial Kromo 250 WG.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovada a exclusão do fabricante Syngenta Huddersfield Works - Huddersfield Manufaturing Centre - P.O. Box A38, Huddersfield , West Yorkshire HD2 1FF - United Kingdom (Reino Unido), do produto Fusiflex registro nº 00748903.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Mirza 480 SC registro nº 07810, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto ,com a inclusão das culturas de Batata para o controle de Traça-da-batatinha (*Phthorimaea operculella*); Cana-de-açúcar para o controle de Broca-da-cana (*Diatraea Saccharalis*); Fumo para o controle de Traça-da-batatinha (*Phthorimaea operculella*).

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovada a exclusão do formulador Agritec Indústria Brasileira de Herbicidas Ltda - Piracicaba/SP, do produto Sumô registro nº 14308.

12. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a alteração de endereço da empresa Quimetal Produtos Químicos do Brasil Ltda, da Rua São Joaquim, nº249, sala 13, Bairro Liberdade, para Rua José Neves, 298, sala 07, Vila São Paulo - São Paulo / SP CEP:04650-140.

13. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a inclusão do fabricante Jiangyin Suli Fine Chemicals Co., - South Ligang Town - Jiangyin City - Jiangsu Province - China, no produto Zetanil WG registro nº 15708.

14. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da proprietária do produto, cancelamos o registro do produto Podium S registro nº 002397.

15. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da proprietária do produto, cancelamos o pedido de registro para o produto Balise processo nº 21000.002817/2005-13.

16. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, cancelamos item 11 , do Ato nº 9 de 10 de abril de 2012, publicado no D.O.U de 17.04.2012.

17. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Rodazim 500 SC registro nº 03406, através do processo 21000.006602/2010-21.

18. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 foi aprovado a alteração de razão social da filial Sipcam Isagro Brasil S.A- Igarapava /SP, para Sipcam UPL Brasil S.A.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No D.O.U de 21 de março de 2012, seção 1, em Ato nº 6 de 16 de março de 2012, pág.6, item 8, onde se lê: Glifosato 480 Agripec registro nº 017400, leia-se : Glifosato 480 Agripec registro nº 04095. No D.O.U de 30 de dezembro de 2008, em Ato nº 56 de 29 de dezembro de 2008, seção 1, pág. , onde se lê: ...Tiger Técnico registro nº 01688591, leia-se: ...Tiger Técnico registro nº 04899. No D.O.U de 18 de abril de 2011, em Ato nº 12 de 14 de abril de 2011, seção 1, pág. 3, item 9 onde se lê: ... foi aprovada a exclusão do formulador ... leia-se: ... foi aprovada a exclusão do fabricante.... ; No item 10 onde se lê: ... foi aprovada a exclusão do formulador ... leia-se: ... foi aprovada a exclusão do fabricante... . No D.O.U de 6 de abril de 2010, seção 1, em Ato nº12 de 31 de março de 2010, pág. 11, item 50. onde se lê: .... a empresa Cross Link Consultoria e Comércio Ltda - São Paulo / SP... leia-se: ... a empresa Cross Link Consultoria e Comércio Ltda- Barueri /SP. No D.O.U de 20.06.2011, seção 1, página 26, em Retificações onde se lê: ... foi aprovada a alteração de razão social do fabricante Bayer CropScience AG para Lanxess Deutschland GmbH, a Lanxess Deutschland GnbH se desmenbrou do negócio de químicos finos para sua subsidiária interinamente proprietária Saltigo GmbH, devido a uma renomeação do local, foi alterado de Parque Industrial para ChemPark, ficando assim: Saltigo GmbH- Operações, ChemPark Leverkusen 5139 Leverkusen - Alemanha, no produto Dinamic Técnico registro nº 01050 e Dinamic registro nº 010601; leia-se: ... foi aprovada a alteração de razão social do fabricante Bayer CropScience AG para Lanxess Deutschland GmbH, a Lanxess Deutschland GnbH se desmenbrou do negócio de químicos finos para sua subsidiária interinamente proprietária Saltigo GmbH, devido a uma renomeação do local, foi alterado de Parque Industrial para ChemPark, ficando assim: Saltigo GmbH- Operações, ChemPark Leverkusen, 51369 Leverkusen - Alemanha, no produto Dinamic Técnico registro nº 010501 e Dinamic registro nº 010601.No D.O.U. de 09 de dezembro de 2011, seção 1, página 42 em Ato nº 60 de 8 de dezembro de 2011, item 18 onde se lê: ... inclusão dos fabricantes Jiahua Chemicals Corporation- Zhejiang - China, Zhejiang Linghua Chemicals - 131 Ren Min Ed, Linghu Town- Huzhou City 313018-Zhejiang- China, Nagarjuna Agrichem Limited - Srikakulam - India, Rallis India Limited -Plot nº D26, Lote Parashuram, MIDC Area Dist. Ratnagiri, Maharashtra 419722- India, leia-se: inclusão dos fabricantes Jiahua Chemicals Corporation- Zhejiang -5 Wujing Road - Jiaxing City - 314021- Zhejiang - China; Zhejiang Linghua Chemicals - 131 Ren Min Rd Linghu Town- Huzhou City 313018- Zhejiang-China; , Linghu Town- Huzhou City 313018- Zhejiang-China; Nagarjuna Agrichem Limited - Plot. Nº 177- Akkivalasa- P.O.Allinagaram- Srikakulam- 532403- India no produto Orthene 750 BR registro nº 02788394.

PROIBIDA POR TERCEIROS